

Do cárcere à comunidade: convergências e distinções ético-metodológicas no estudo com crianças em contextos sociais diversos¹

Christina Gladys de Mingareli Nogueira(UFPB/PPGA)²

Núbia Guedes de Barros Ferreira (UFPB/PPGA)³

Resumo

O trabalho propõe realizar discussões ético-metodológicas a partir de duas experiências etnográficas em campos diversos, em um estudo com e sobre crianças encarceradas no presídio feminino de João Pessoa-PB e em um estudo de antropologia urbana que incluiu crianças da comunidade Caranguejo Tabaiães em Recife-PE. Embora apresentemos campos diversos investigados, propomo-nos traçar uma discussão buscando aproximações e distanciamentos sobre questões éticas e metodológicas inerentes às pesquisas, correlacionando-as com as teorias antropológicas, também com dados etnográficos dessas realidades sociais pesquisadas. No contexto de recorte técnico-metodológico, problematizaremos as escolhas dos recursos utilizados nas pesquisas mencionadas com reflexões éticas peculiares ao tema e realidade social específica dos campos estudados. Enfatizaremos a satisfação de participação desses grupos alijados de invisibilidade social na realização da pesquisa. Enfatizaremos o uso de técnicas-metodológicas utilizadas, tais como: fotografias e desenhos. Abordaremos as diferenças sobre o uso da imagem dos interlocutores desses campos de pesquisa, sobretudo, pelas diferenças pautadas em escolhas distintas de recursos metodológicos com observância às questões de ordem ética. Pontuaremos as técnicas comuns utilizadas nessas constelações particulares, nesses universos de pesquisa de realidades sociais distintas que evocaram dados etnográficos para análise desses fenômenos sociais. Faremos, ainda, pontuações sobre a forma de como as pesquisadoras foram observadas nos seus campos de pesquisa, correlacionando-as com o uso de técnicas-metodológicas escolhidas. Faremos observações de como os materiais utilizados na pesquisa foram ressignificados como forma de agenciamentos de cada grupo distinto estudado, ressaltando, a participação da criança no evento dessas agências. No tocante ao desenho, abordaremos as impressões emergidas das suas imagens, priorizando a explicação dada pela própria criança. Referente ao segundo trabalho etnográfico, por se tratar de uma prisão, teve um percurso marcado pelos meandros burocráticos, prática oculta de óbice à pesquisa, mas que fez resultar estratégias, sendo explorado “o lado de fora. Em ambos trabalhos, os materiais de pesquisas deram outras formas de leitura aos recursos metodológicos, ressignificando-os em contextos diversos.

¹ “Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020. (Palavras-chave: Criança. Pesquisa. Ética. Método. Técnica)

²Cientista Social(UFPB), Mestre em antropologia (UFPE), doutoranda em antropologia(UFPB)-(Endereço eletrônico:c.g.nogueira@gmail.com). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas CRIAS – Crianças, Sociedade e Cultura da UFPB, coordenado pela prof. Dr. Flávia Pires.

³ Bacharel em Ciências Sociais (UFPB), Licencianda em Ciências Sociais (UFPB), Bacharel em Administração de Empresas (UFPB), Bacharel em Direito (IESP), Especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública (FIP), Mestre em Antropologia Social (UFPB), Doutoranda em Antropologia Social (UFPB) , Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas CRIAS – Crianças, Sociedade e Cultura da UFPB. Endereço eletrônico: nubialedes1972@gmail.com

INTRODUÇÃO

O trabalho propõe realizar discussões ético-metodológicas nas pesquisas antropológicas a partir de uma experiência etnográfica e um trabalho de campo em espaços diversos. Emerge o presente artigo de um estudo com e sobre crianças encarceradas em um presídio feminino da cidade de João Pessoa-PB, o Centro de Recuperação Maria Júlia Maranhão⁴ e de um estudo de campo com crianças em uma comunidade situada na capital do estado de Pernambuco, Caranguejo Tabaiães⁵

Embora apresentemos campos diversos investigados, propomo-nos traçar uma discussão buscando aproximações e distanciamentos sobre questões éticas e metodológicas inerentes às pesquisas, correlacionando-as com as teorias antropossociológicas, mas também com dados etnográficos, produzidos em campo, emergidos dessas realidades sociais pesquisadas. No contexto de recorte técnico-metodológico, problematizaremos as escolhas dos recursos utilizados nas pesquisas mencionadas com reflexões éticas peculiares ao tema e realidade social específica dos campos estudados.

Pontuaremos as técnicas comuns utilizadas, em especial o desenho, nessas constelações particulares, nesses universos de pesquisa de realidades sociais distintas, que evocaram dados etnográficos para análise desses fenômenos sociais. No tocante ao desenho, faremos abordagens das impressões surgidas das suas imagens, priorizando, sobretudo, a explicação dada pela própria criança, por entendermos que a mesma tem capacidade de leitura do mundo, do contexto em que se encontra imersa, inclusive, na forma política/representativa. Kuschnir aponta, em seu texto, *Desenhando Cidade*, a ideia de que desenhar pode ser uma forma de conhecer, compreender, se apropriar, narrar, produzir, ou seja, conhecer o mundo *através* dos desenhos (KUSCHNIR, 2012). Evocaremos dados produzidos, a partir dos desenhos das crianças, em ambas pesquisas. Referente ao segundo trabalho etnográfico, por se tratar de uma prisão, uma instituição total, teve um percurso marcado pelos meandros burocráticos do Estado, com o cumprimento de exigências ao ingresso no campo, aspecto que diverge do ingresso na comunidade da capital pernambucana estudada, visto que, na

⁴ Os dados etnográficos referentes ao Presídio Maria Júlia Maranhão consubstanciam resultados de trabalhos acadêmicos produzidos de um Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Ciências Sociais (UFPB) e da Dissertação de Mestrado em Antropologia Social pela UFPB.

⁵⁵ A história local conta que os primeiros moradores instalaram-se por volta de 1910, onde haviam apenas viveiros, marés, manguezais e caranguejos. As ocupações ampliaram-se majoritariamente por volta de 1970, principalmente por familiares dos primeiros moradores vindos do interior em busca de melhores condições de vida da Cidade/Capital Pernambucana. O nome Caranguejo está associado aos crustáceos que se encontravam naqueles manguezais. O nome Tabaiães surge posteriormente com a formação de time de futebol local chamado de mesmo nome, que ganhou fama na cidade e batizou a comunidade. É localizada entre os bairros da Ilha do Retiro e Afogados, região político administrativa 4 e 5 do Recife, uma área de 7,4 hectares às margens do Rio Capibaribe (SILVA, 2017).

comunidade, o pesquisador angaria de uma maior liberdade em campo, podendo inclusive usar fotos, imagens, ingressar com câmeras, aparelhos telefônicos que auxiliam na pesquisa, sendo utilizados como ferramentas metodológicas. Já, no que tange à prisão, esses recursos são problemáticos, pelos motivos que explanaremos no decorrer do texto.

A ÉTICA SOB A ÓTICA DO [NÃO] USO DA IMAGEM: A FOTOGRAFIA NA PESQUISA

Discorreremos sobre ética à luz do uso ou não uso da ferramenta metodológica em relação às fotografias de trabalho de campo na Comunidade Caranguejo Tabaires e a escolha de sua não utilização na prisão feminina da capital do Estado da Paraíba.

O desejo das próprias crianças em participarem da pesquisa e suas autorizações são fundamentais na perspectiva ética. Solicitamos sua prévia autorização, após esclarecidas as finalidades da pesquisa. Como já realizamos em outras experiências, um “termo de aceite” expresso verbalmente para que a criança expresse sua autorização seja através da escrita, pintura ou desenho. Ainda sobre o aspecto da autorização, requeremos a anuência dos responsáveis legais das crianças, algo que foi mais que permitido, foi aceito com satisfação em ver os filhos participando de ambos trabalhos.

No que se refere à primeira pesquisa, realizada com crianças da comunidade recifense, o ingresso da pesquisadora deu-se a partir do espaço institucional da biblioteca comunitária daquele local, através de autorização formal por meio de requerimento ao coordenador do setor competente. Após, com o caminhar da pesquisa, o trabalho tomou dimensão junto à comunidade, projetando-se em ambiente mais aberto, facilitando o contato direto com as crianças, sem interferência de pessoa adulta, resultando, por conseguinte, num melhor estreitamento da relação pesquisadora e pesquisada. Concernente à introdução da pesquisa na comunidade, o material utilizado tomou dimensão com proposições políticas/representação, assunto que abordaremos neste trabalho, propondo-nos à convergência dessas ambições em ambos trabalhos apresentados.

Momento I- Pensando Imagens/fotografias em estudos em comunidades:

Os trabalhos de Margareth Mead sobre o comportamento infantil balinês a partir de imagens tomadas por Gregory Bateson em Bali (MENDONÇA, 2010) nos inspirou a buscar imagens, que como dados, pudessem contribuir com a pesquisa. Porém, diferentemente desses clássicos e pioneiros antropólogos no uso da imagem, a câmera agora foi para as mãos das crianças, com a finalidade de entender o que elas observam e registram como sua comunidade, ou seja, quais “ângulos” da realidade são priorizados pelo olhar da criança à sua

volta. A câmera do celular circulou entre algumas crianças. Essa estratégia foi extremamente potente ao incluir as crianças como participantes ativas da pesquisa. Foram assim produtoras dos dados de campo. Observemos imagens a partir do olhar das crianças da Comunidade de Caranguejo Tabaires: o reflexo de caminhar e fotografar .



Ilustração 3- Momento em que as crianças registravam a comunidade- (Christina) **Ilustração 4:** Antiga associação de Moradores- (Rayane- moradora/ 10 anos)



Ilustração 5- Milena fazendo seus registros (Christina, pesquisadora) **Ilustração 6-** Casas da comunidade (Rayane, 10 anos, moradora).

Apresentados os aspectos que foram extraídos de imagens na Comunidade de Caranguejo Tabaires. Adentremos, nesse instante, sobre os aspectos inerentes ao não uso de imagens na prisão feminina etnografada.

Momento II -Pensando Imagens/fotografias em prisão

Inicialmente, sobre o ingresso na prisão etnografada, a autorização é feita através de processo administrativo junto à Secretaria de Administração Penitenciária estadual, que promove uma prática regida de muita burocracia, às vezes, propiciando óbice à pesquisa, refiro-me às segmentaridades burocráticas exigidas, tais como as expedições de certidões criminais de âmbito de justiça e de polícia estaduais e federais, além da duração em si do trâmite do processo referido.

Fazer pesquisa em ambiente prisional incide nas escolhas dos recursos metodológicos, pois o pesquisador deve estar atento às exigências mais do que formais do campo, no caso da prisão, deve buscar se proteger de constrangimentos por estar imerso num lugar em que também está sendo vigiado. Assim, o uso de celular, de câmeras causaria mais desconforto, deixando a pesquisadora não tão à vontade em se encontrar no interior de uma prisão com esses artigos. Embora a escolha de não trabalhar com celular, câmeras no interior do presídio, houve oportunidades em ter imagens das famílias, principalmente, na chegada em que se inicia a fila no portão central daquele presídio, lugar denominado na etnografia de “o lado de fora”.

As fotos de crianças, mães e avós maternas no presídio feminino de João Pessoa, não foram utilizadas por questões de ética à pesquisa, por respeito às imagens dessas pessoas, atores sociais estigmatizados pela sociedade, que reúnem diversos marcadores sociais da diferença e que, apesar de algumas mães dizerem isso: “pode tirar”, “pode colocar meu nome, eu não ligo, não” (GUEDES, pg. 55), a pesquisadora fez questão de não usar essas imagens. Anteriormente ao início da etnografia, já havia, em planos de pesquisa, a decisão de não trabalhar com imagens e com os nomes reais das pessoas, por mais que me autorizassem, pois entendo que as imagens daquelas crianças emergidas em cárcere poderiam dar constrangimentos no futuro, pois a segregação que a sociedade faz ao preso estende-se às suas famílias. Ariane, mulher negra de 23 anos autorizava-me isso: “pode colocar meu nome completo”, “pode tirar foto dele também”, fazendo alusão ao filho de colo, o bebê André, de seis meses de idade. (GUEDES, 2020, pg. 56). Eu problematizava essa deliberação dessas mães semialfabetizadas ou analfabetas, como no caso de Ariane, em quererem seus nomes, nomes de suas crianças e imagens na pesquisa. Portanto, eu fazia elisão dessa vontade com a pouca ou nenhuma escolarização dessas mães. Pensei no futuro dessas crianças, na possibilidade de serem discriminadas, pois já são em vida cotidiana por terem suas mães ou pais ligados ao sistema prisional.

No presídio etnografado, houve uma comemoração do dia das mães, evento que sempre era antecipado ao dia oficial, neste caso, aconteceu no segundo sábado de maio de 2019. As mães grávidas e com bebês que estavam encarceradas na cela de nº 15, cela destinada às gestantes e lactantes daquela unidade prisional, fizeram um ensaio fotográfico, com roupas lindas, maquiagens em uma pompa que contraditava com as paredes mofadas e cheias de lodo daquele presídio. Esse ensaio também envolveu a criança, tem imagens belíssimas de mulheres grávidas e do bebê André que com lindas roupas em um cenário lúdico montado, dentro de uma carrocinha, foi um orgulho para sua mãe, Ariane, que estava

feliz pela expectativa em ter aquelas fotos, orgulhosa à proporção que bastante raivosa pela frustração que queria a foto em papel, conforme prometida pela diretoria, como aponta. No entanto, a diretoria prometeu um *pen drive* já após a realização do ensaio. Reflitamos como Ariane que estava abaixo da linha de pobreza, sem nenhuma escolaridade, usaria um *pen drive*. Ela gostaria de ter um álbum de fotografia, depois, revela isso: “só fizeram essas fotos por causa dos Direitos Humanos que veio aqui por causa que a gente tava dormindo no chão sem colchão e sem lençol”. (GUEDES, 2020, pg 56).

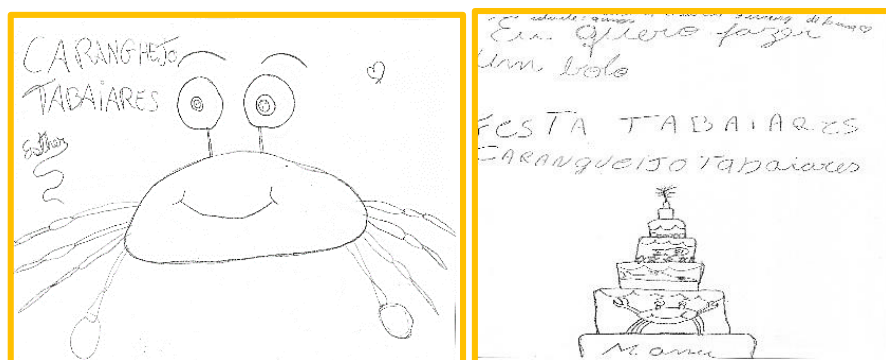
Trago à baila esse evento do ensaio fotográfico promovido pela Administração Penitenciária Estadual, que está acessível na internet e, que, contrariamente à minha concepção de ter exposto essas pessoas em redes sociais, principalmente, no que diz respeito ao bebê, que não tinha condições de ser ouvido para dar seu aceite em ter sua imagem projetada no mundo dentro de um cárcere, apesar da autorização de sua mãe, aquela jovem negra, analfabeta, sem dentes, por questões estruturais não teria condições de contextualizar problematizações sobre essas imagens. Escolher não usar fotos de pessoas, retratando suas imagens foi pensar no futuro, principalmente, no bebê, pois, nascer em um presídio faz parte de sua microhistória, mas pode ser que, no futuro, André queira apagar essa história da memória. Ele que, na pesquisa, foi protegido por um pseudônimo e pela escolha de não ser utilizada a sua imagem, como procedeu a pesquisadora, primando pela ética, teve a imagem exposta pelo Estado, mesmo que autorizada pela mãe. Assim, levando-nos a refletir que nem todas as formalidades legais permeiam questões éticas na concepção desse caso específico sob o olhar da pesquisadora.

O DESENHO PARA ALÉM DA TÉCNICA: A RESSIGNIFICAÇÃO ESPACIAL E QUESTIONAMENTOS CRÍTICOS

Na Comunidade Caranguejo Tabaiães, assim como no Presídio Maria Júlia Maranhão o desenho foi utilizado como método de pesquisa, com intuito de promover o estreitamento entre pesquisadoras e pesquisadas, as crianças. Nesse sentido, o recurso metodológico do desenho tomou dimensão que não estava alicerçada em nossa pré-configuração de campo. No entanto, trouxe à pesquisa, a criança como um ator social que interfere no espaço. Assim, podemos verificar o quanto a criança tem discernimento para questões políticas, entendem os fenômenos sociais e, faz-nos extrair tais fenômenos a partir desse contato e da observação participante na pesquisa em que as crianças estão imersas.

Sobre o desenho realizado na Comunidade Caranguejo Tabaiães, observamos que, através do desenho solicitado pela pesquisadora em campo, ao requerer às crianças que elas

desenhassem o local em que moravam, nesse tema proposto: “desenhe Caranguejo Tabaiares”. Nessa proposição, algumas daquelas crianças realizaram desenhos delineando paisagens urbanas que remetiam ao lugar de morada, mas também que divergiam daquele espaço territorial em que se encontram imersas, assim, como expresso nos desenhos de Rayane e de Ana Clara que colocaram prédios, edifícios que não estão na realidade espacial de sua comunidade. Tal expressão de desenho trouxe uma reação em Kaylane que em alta voz diz: “pode apagando esses prédios, o desenho é da comunidade. Esses prédios não são do Caranguejo”. Assim, Rayane responde: “não vou apagar, não importa se não é Caranguejo, eu desenho o que eu vejo e, daqui, dá pra ver os prédios”. Nesse contexto, insta-se outro posicionamento, desta vez, argumenta Ana Clara: “ela tem razão, pode desenhar o que a gente vê do Caranguejo, todo mundo vê os prédios, lá também é um pouco Caranguejo, a mata chega até lá”.



Fonte: Dos arquivos particulares da pesquisadora.

Os prédios a que se referiam são duas grandes torres de um bairro nobre, vizinho da comunidade - segundo a liderança local, tais prédios contribuíram para a grande valorização da região, especulação imobiliária e movimento político para fins de retirada da população. As reflexões e críticas das crianças sobre a forma de ver a comunidade, emergidas a partir do desenho, revelam-nos como as crianças observam aquele espaço societal em que experienciam suas vidas, lugar de suas moradas. E sobre a forma de delinear o lugar pela expressão do desenho, Kaylane, questiona e retruca em uma risada sarcástica: “Isso não é Caranguejo! Onde já se viu favela ter prédio? Favela tem barraco e rico tem prédio”.

Outras crianças entraram no debate para questionar se Caranguejo é ou não uma favela?

Sobre aquele espaço, Rafaela, menina de 9 anos que, também havia desenhado prédios, concorda que prédios não fazem parte da comunidade, porém não aceita ser uma

favela, mas uma comunidade. Indaguei-a sobre a diferença entre comunidade e favela. Assim, incita meu posicionamento: “tia, você acha que aqui é favela?” Logo após, responde a própria pergunta: “É não, as casas são de cimento”. Acrescenta que, “na favela, os barracos ficam caindo”.



Ilustração 15- (Rayane - 10 anos)

Ilustração 16- (Ana Clara- 11 anos)

Observamos, a partir dos desenhos, pautas suscitadas que emergiram de questionamentos daquelas crianças, que buscavam refletir sobre o espaço em que vivenciam seu cotidiano. Na comunidade em que se encontram imersas, lutam em defesa de permanecerem por diversos motivos, dentre eles, a questão do pertencimento. Nesse sentido, evocam, inclusive, as relações pessoais.

No Presídio Maria Júlia Maranhão, o desenho emerge como uma técnica de pesquisa que se situou como uma espécie de *insight* da pesquisadora em campo. Ele [desenho] nasce da dificuldade de dialogar com Caio, menino negro de 10 anos de idade. Na visita da família, realizada aos domingos, Caio sempre visitava a mãe, Jaciara, mulher negra, 31 anos de idade, presa por tráfico e associação ao tráfico de drogas. Na área destinada à visita, as mulheres presas interagiam com as crianças sobre lençóis estendidos no piso áspero e esburacado, dando àquele espaço uma configuração de um piquenique coletivo. Nos lençóis, acontecia toda a dinâmica da visita. Neles, repousavam o carinho, amor e as dádivas ofertadas às mães, tais como a comida trazida de casa. Nesse sentido, difícil ter tirado as crianças daqueles lençóis para participarem da visita. Trabalhar com as crianças naqueles lençóis não era muito conveniente, tendo em vista os adultos costumarem responder pelas mesmas ou suscitarem às mesmas possíveis respostas.

No adentrar ao campo, no presídio feminino, as crianças, de forma quase unânime, não resistiram a participar da pesquisa. Caio foi a criança que, inicialmente, apresentou uma resistência, apesar de ter demonstrado afeto à pesquisadora. A ideia de usar o desenho na

pesquisa de campo, na prisão, fez Caio sair dos lençóis e participar das interações junto com a pesquisadora e com outras crianças. Embora nunca respondesse as perguntas, foi uma relação de respeito e de afetos recíprocos. E, ao pensar na participação de Caio, a partir do uso do desenho, essa técnica fomentou a produção de significantes dados etnográficos. Do desenho, surgiram os sentimentos daquelas crianças, desejos, angústias, medos, a realidade social, inclusive, a observação de contexto de violência.

De volta à Comunidade de Caranguejo Tabaiães, as crianças evocam seu sentimento de pertença àquele espaço em que experienciam suas vidas, suas ancestralidades. Em suas falas, foram evidenciadas que querem continuar vivendo na comunidade em que residem, face à importância que dão às pessoas, não apenas sobre uma questão geográfica, a casa, a residência em si. As pessoas são uma das razões que fazem as crianças resistirem às retiradas de suas casas da comunidade. Já, as crianças do Presídio Maria Júlia Maranhão explicam que “é bom” estar na prisão naquele dia de domingo “porque, aqui, têm pessoas”, “porque eu brinco”. (GUEDES, 2020, pg.104).

A maioria daquelas crianças gostava de ir àquela prisão, aspecto observado através dos sentimentos extraídos de falas como a seguinte: “aqui é bom porque visito a minha mãe”. Embora os esforços do sistema prisional, a fim de estabelecer o lugar como um espaço “não normal” ou “não bom” às crianças, fato percebido entre tantos aspectos, a exemplo da não permissão de uso de verba para instalação de uma brinquedoteca para que a criança não observasse aquele lugar como “normal” ou “bom”, podemos afirmar que, a maior parte daquelas crianças, mesmo com tanta angústia e sentimentos que emergem ao ingressarem na prisão, o amor por suas mães tornava aquele dia de visita em um grande encontro.

Em Comunidade Tabaiães, o desenho suscitou questionamentos, debates sobre a forma de se perceber aquela territorialidade: “é favela ou comunidade”, como já apresentado. Na prisão, o desenho ressignificou a sala de aula, um espaço destinado às mulheres presas, mas que foi utilizado pelas crianças na pesquisa. A ressignificação deu-se porque a sala estava desviada do sentido de uma sala de aula, pois era utilizada como um ponto de vigilância, uma espécie de panóptico, pois dava àquele guarda vestido de preto, armado de fuzil, toda a visão das pessoas que se encontravam na área destinada à visita. No entanto, as crianças com o colorido do desenho, dos lápis, das brincadeiras entre pares, atribuíram o sentido de uma verdadeira sala de aula. O desenho materializou o cerne da visita: o amor às mães. Mas também, a sua grande dor: a falta da mãe. Ainda, fez emergir o sonho de vida. Ao ser requerido à Érica, menina de 9 anos de idade que desenhasse seu sonho, a criança desenhou sua avó materna, sua mãe, ela e os irmãos, todos de mãos dadas nessa sequência, juntos à casa

que figurava como seu lar. Desnecessário pedir-lhe explicação sobre o desenho, pois junto à família desenhada, a menina intitula o sonho, pois escreve isso: “liberdade de minha mãe”. Sobre a técnica do desenho em relação à pesquisa com crianças, observamos o que pontua Pires (2007),

o desenho é um material de pesquisa interessante para captar justamente aquilo que primeiro vem à cabeça, aquilo que é mais óbvio para a criança. Porém, quando combinado com a observação participante, é que os dois instrumentos potencializam a sua utilidade. Os desenhos podem funcionar como um guia para a observação participante. Com os desenhos à mão, é possível direcionar o olhar para a realidade de acordo com os tópicos levantados pela população estudada. (PIRES, 2007, p. 12).

O desenho das crianças do presídio, em maior parte, retratava a mãe. As crianças desenhavam a família, nesse sentido: a casa, a criança, a mãe e a avó. Na etnografia realizada na prisão, os dados etnográficos revelaram que essas crianças são de famílias matrifocais, a ausência paterna ficou consolidada, pois, maior parte do pai dessas crianças era morta, presos, mas também foram abandonadas. Emerge ainda dos desenhos a grande participação da avó materna na vida dessas crianças, elas aparecem no desenho de forma considerável. E, nos raríssimos desenhos que aparecem o pai, ele [o pai] assume a posição última na sequência de pessoas desenhadas da família. Assim, geralmente, estava a criança retratada, com mãos dadas à mãe, à avó, os irmãos e, por último, o pai. O cenário sempre remetia à ideia de lar, pois sempre eram desenhados a casa, a criança, a família, a TV e o cachorro. Aspectos retratados pelos desenhos harmonizaram com as falas obtidas em campo. Assim, o amor deflagrado à avó materna foi expresso pelo desenho, mas também na forma verbal, nesse sentido: “(...) meu sonho é que minha avó nunca morresse” (GUEDES, 2020, pg.53). Nesse contexto, o desenho é o retrato do amor, do desejo, da dor e da realidade social que vivenciam no cotidiano.

O desenho, dentre tantos aspectos surgidos a partir de seu uso, promoveu uma ressignificação espacial naquela prisão, sobretudo, na sala de aula daquele estabelecimento prisional, como já pontuado. Emerge do desenho, a ludicidade promovida por seus rabiscos que delineavam amor à mãe, família, lar e sonho de vida, às vezes, retratavam profissão. As crianças expressavam nos desenhos a família com ênfase em suas mães, remetiam ao desejo de liberdade da mãe, expresso através de sua imagem em torno de uma casa. Assim, como bem delineado na fala de José: “eu gosto quando ela está em casa porque ela fica perto de mim”. (GUEDES, pg. 92).

A relevância do desenho no trabalho etnográfico nessa prisão feminina consubstancia para além de sonhos, vontades, emoções e sentimentos. Ele [o desenho] evocou dados

etnográficos que elidiram com a fala das interlocutoras, dos sujeitos da pesquisa. Dados que refletiram a matrifocalidade, a ausência paterna na vida dessas crianças, já apresentados. Além desses aspectos, os desenhos configuraram dádivas às mães, pois, quando Antonio, menino de quatro anos pediu para presentear o avô materno com o presente, as demais crianças também requereram que os desenhos fossem dados de presente às mães. A partir desse dia, não mais consegui levar nenhum desenho comigo para casa. (GUEDES, 2020, pg. 95).

O desenho também traz informações sobre as questões sociais envolvidas à localidade de moradia dessas crianças, a exemplo do desenho de João, 9 anos de idade, desenha sua comunidade imersa numa operação policial, tiroteio entre polícia e “bandido”, assim, como explicado pela criança. E o medo de um suposto líder de crime na comunidade. (GUEDES, 2020, pg. 179). Emilene Sousa (2015), na etnografia realizada no sertão da Paraíba com as crianças capuxus, aponta que “os desenhos das crianças me guiaram por uma série de aspectos importantes a serem verificados na pesquisa, especialmente as representações dos espaços do Sítio, a relação deles com a casa e seus arredores, as estradas e os animais”. (SOUSA, 2015, pg.155). Assim, como as crianças capuxus propiciaram à pesquisadora a noção de espaço em que se encontrava imersa na pesquisa, fez João, ao desenhar na sala de aula daquele presídio, retratou as configurações espaciais de sua comunidade, trazendo à baila como um lugar em que a violência é comum. (GUEDES, 2020, pg. 179).

O desenho oportunizou momentos de afetação no ato de entrega. Érica, menina negra de 9 anos, após realizar o desenho de seu sonho, entrega-o à pesquisadora com os olhos encharcados de lágrimas, causando emoção. Nesse instante, o desenho promoveu a paralisação do tempo. Nele, havia um pedido de clemência à pesquisadora ocultada pelo desenho. Nele, havia um sonho de vida, de vida de Érica nessa forma expressa: “Liberdade da minha mãe” (GUEDES, 2020, pg. 164).



Desenho do sonho de vida de Érica, menina negra de 9 anos.

Fonte: (GUEDES, 2020, pg.179)

Destarte, o desenho aponta os sentimentos e angústias que sufocam aquelas crianças, o aprisionamento de suas mães. Nele, podemos inferir “(...) àquilo que as crianças não podem falar”. (SOUSA, 2015).

Considerações

Neste artigo, extraímos as proposições de um estudo etnográfico e de um trabalho de campo em dois espaços diversos, realizados na prisão feminina da cidade de João Pessoa-PB e com crianças de Caranguejo Tabaiães-Recife, respectivamente. Os materiais de pesquisas foram “cobiçados”, revelando a capacidade de agenciamento das crianças, a exemplo da câmera fotográfica em Caranguejo Tabaiães.

As crianças, nos trabalhos apresentados, deram outras formas de leitura aos seus significados, transformando as técnicas metodológicas, apropriando-as a partir de seus interesses, aspectos que promovem a observação das crianças sem seus devires. Embora em contextos diversos, revelaram-se, nessas pesquisas, como atores sociais, que reproduzem e produzem comportamentos em suas interações sociais, conduzindo por diversas vezes os métodos e ferramentas de pesquisas, apresentando os espaços a serem investigados, delineando, em campo, os fenômenos sociais, inclusive, através da técnica do desenho. Sobre

esse aspecto, foi percebida a matrifocalidade das crianças que visitavam as mães presas no presídio de João Pessoa, ainda, a ausência paterna na vida dessas crianças, corroboradas pelas falas que apresentaram as motivações relativas à morte, ao abandono e à prisão de seus genitores. Emergindo, também, a importância da avó materna nessa constelação familiar, como figura central de grande parte dos desenhos. E apresentando os espaços e vivências de práticas sociais, como apresentado por João que expressa através de um desenho a comunidade violenta em que reside.

As crianças têm percepção dos processos sociais em que se encontram imersas, têm capacidade de leitura do mundo. As ações políticas e o desdobramento de uma possível desocupação estão entre os pontos destacados, a participação das crianças nos questionamentos dos problemas da localidade em que residem, suscitadas a partir da prática do desenho, a instrumentalização da câmera fotográfica pelas crianças no percurso das ruas da Comunidade de Caranguejo Tabaiães, no seu criticismo evocado sobre o problema social relativo à possibilidade de desocupação/despejo motivado por um processo de gentrificação que assola a comunidade faz emergir nas crianças posicionamentos que são mais que opiniões, diríamos que embriões de participação política na leitura dos processos emblemáticos que atinge a comunidade. As ideias suscitadas a partir do desenho na comunidade recifense exemplificam a ideia trazida por MARTINS (1991) quando aduz que as crianças são portadoras de crítica social.

Os aspectos evocados sobre o uso do desenho nesses trabalhos em espacialidades distintas demonstram a importância de uma ferramenta tecnológica. Na prisão feminina, os desenhos elidiram com as falas das crianças e dos demais interlocutores, harmonizaram com os dados observados a partir da observação participante e do contato direto primados na etnografia em que as crianças e suas mães configuravam como sujeitos da pesquisa. E, sobre os aspectos éticos apresentados sob o uso ou não da fotografia, foram aspectos divergentes em relação aos campos. Na comunidade, o uso da câmera fotográfica e de fotos estreitou a relação pesquisadora e pesquisada, fez as crianças conduzirem a pesquisa, declinando espaços, dentre outros aspectos. Já, concernente à fotografia e imagens sobre os sujeitos de pesquisa na prisão feminina, foi não utilizada por deliberação da pesquisadora por entender que aqueles atores sociais não devem ter imagens atreladas ao sistema prisional, aprisionam esses agentes sociais às margens da sociedade mesmo que venham angariar a sonhada liberdade. Neste diapasão, não usar fotografias e imagens no presídio foi a ética pensada e já estabelecida na pré-configuração do campo.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 2014

GUEDES, Núbia. **Maternidade Compartilhada e Crianças Encarceradas: Etnografando o Dia de Domingo Em Um Presídio**, 186 pag., 2020.

KUSCHNIR, Karina. **Desenhando Cidades**. Sociol. Antropol., Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 295-314, Dec. 2012.

MARTINS, J. de S. **O massacre dos inocentes**. A criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991

MENDONÇA, João Martinho de **MARGARET MEAD, BALI E O ATLAS DO COMPORTAMENTO INFANTIL: APONTAMENTOS SOBRE UM ESTUDO FOTOGRÁFICO**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 315-348, jul./dez. 2010

PIRES, Flávia. **Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica**. Revista de Antropologia. 2007, v. 50, n. 1.

SOUSA, Emilene Leite de. **As crianças e a etnografia: criatividade e imaginação na pesquisa de campo com crianças**. Iluminuras: Porto Alegre, v. 16. N38. P. 140-164. Jan/jul, 2015